

DOSSIÊ

IMPrensa E PRESSÃO:

análise crítica do discurso de
promoção das narrativas de
“responsabilidade de proteger” ou
“soberania” na crise Síria

Copyright © 2015
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

MARKOS KOUNALAKIS
Stanford University

RESUMO - O conceito popular de que o jornalismo é um freio em um estado agressivo – que opera em um mundo ditado pelas demandas do realismo por poder e sobrevivência – é um conforto tanto para a sociedade quanto para jornalistas, que acreditam em um chamado pacífico da profissão e no poder do quarto Estado. No entanto, o que acontece quando dados e uma análise discursiva de empresas jornalísticas indicam que em vez de favorecer soluções diplomáticas e resoluções pacíficas, o jornalismo está alimentando as chamadas do medo e estimulando posturas militares agressivas, que podem favorecer resultados nacionalistas confrontadores e não aqueles internacionalistas pacíficos? Este artigo analisa notícias e textos opinativos na imprensa chinesa e americana para concluir que, no caso do conflito na Síria, os próprios estados, embora em conflito na promoção de políticas que reflitam tanto a noção de “Responsabilidade de Proteger” (EUA) quanto a “Soberania” (China), estão mais alinhados com a resolução diplomática do que com a imprensa.

Palavras-chave: Narrativas jornalísticas. Análise do discurso. Imprensa chinesa. Imprensa estadunidense. Síria.

LA PRENSA Y PRESIÓN: un análisis crítico del discurso de la promoción de la “responsabilidad de proteger” o narrativas “soberanía” en la crisis siria en curso

RESUMEN - La noción popular de que el periodismo es un freno en un estado agresivo – que opera en un mundo dictado por las exigencias del realismo por el poder y la supervivencia – es un consuelo para la sociedad y para los periodistas, que creen en una llamada pacífica de profesión y cuarto poder del Estado. Sin embargo, ¿qué sucede cuando los datos y un análisis discursivo de empresas periodísticas indican que en vez de favorecer soluciones diplomáticas y resoluciones pacíficas, el periodismo está alimentando las llamas del miedo y estimulando posturas militares agresivas, lo que puede favorecer a los resultados nacionalistas de confrontación y no los internacionalista pacífica? Este artículo analiza las noticias y artículos de opinión en la prensa china y americana a la conclusión de que, en el caso del conflicto en Siria, los propios Estados, a pesar de los conflictos en la promoción de políticas que reflejan tanto el concepto de “responsabilidad de proteger” (EE.UU.) y la “Soberanía” (China), están más en consonancia con la resolución diplomática que con la prensa.

Palabras clave: Periodismo. Cibercontecimiento. Redes sociales. Crisis. Realidad social.

THE PRESS & PRESSURE: A Critical Discourse Analysis of the Promotion of “Responsibility to Protect” or “Sovereignty” Narratives in the on-going Syrian Crisis

ABSTRACT - The popular concept that journalism is a moderating check on an aggressive state – one that operates in a world dictated by Realism’s demands for power and survival – is solace both for society and individual journalists who believe in the peaceful calling of the profession and the power of the Fourth Estate. But what happens when data and a discursive analysis of news organizations indicates that rather than favoring diplomatic solutions and peaceful resolutions, journalism is both fueling the flames of fear and fostering aggressive military postures that may favor confrontational nationalist rather than peaceful internationalist outcomes? This paper analyzes news and opinion production in both the Chinese and American press to conclude that in the case of the on-going conflict in Syria, the states themselves, while in conflict on the promotion of policies that reflect either the “Responsibility to Protect” (United States) or that of “Sovereignty” (China), are more aligned with diplomatic resolution than the press.

Keywords: Journalistic narratives. Discourse analysis. Chinese press. American press. Syria.

INTRODUÇÃO

Na atual crise da Síria, a mídia mundial construiu uma narrativa discursiva para seu público doméstico e internacional. Grande parte dessa narrativa dos últimos dois anos enfoca preocupações humanitárias e sofrimento da população síria. Os jornais são uma parte importante da ecologia da mídia global mais ampla e criam e promovem preferências políticas através de suas escolhas editoriais e processamento textual da crise síria, tanto diretamente em textos de opinião quanto indiretamente em reportagens baseadas em fatos. Essas preferências de políticas podem ou não estar alinhadas com as preferências do estado no qual o órgão jornalístico é publicado ou produzido, de qualquer forma, o discurso da mídia é entendido como tendo um efeito em políticas nacionais e em órgãos internacionais (ROBINSON, 2001). Este artigo analisará esse discurso e sua construção, examinando opiniões de publicações populares em inglês, tanto nos Estados Unidos quanto na China, para ver como manifestam dois conceitos de políticas específicos relacionados à crise na Síria: A “Responsabilidade de Proteger” (R2P como é conhecida nos círculos políticos ocidentais) e “Soberania”. Este artigo também considerará os níveis de alinhamento entre estado e mídia na construção ou defesa de preferências políticas específicas.

1 ESTRUTURA TEÓRICA

R2P e o conceito de Soberania têm um longo histórico. O conceito de Soberania é antigo e estabelecido, anterior ao de nação-estado, mas tornando-se constitutivo desse exato conceito. A ordem internacional é baseada nesse conceito mutuamente constituído e no respeito pelos parâmetros de soberania durante a guerra e na paz, resistindo ao teste do tempo. As raízes da soberania do estado legal podem ser diretamente traçadas até a Paz de Vestefália de 1648.

R2P, ou melhor, o direito de intervenção ou violação da soberania e interesse nacionais, também tem suas raízes legais no século XVII, e pode reivindicar suas origens em três livros do jurista holandês Hugo Grotius, *De jure belli ac pacis libri tres* (GROTIUS, 1751), trabalho que criou o conceito de “guerra justa”. Essa ideia evoluiu com o tempo – por meio de muitas guerras e intervenções baseadas em um princípio de “guerra justa” – até nossa era moderna. Ela avançou para o território humanitário, sob a rubrica e a norma legal internacional de R2P.

R2P especificamente, no entanto, é um conceito político relativamente novo, estabelecido por meio da adoção política nas Nações Unidas em 2001, embora tenha seus precursores em ações (e inações) históricas por nações-estados que usaram crises humanitárias como justificativa para ignorar – ou descartar por completo – direitos soberanos nas últimas três décadas (EVANS; SAHNOUN, 2002).

Sua recente evolução pode ser traçada por meio de conflitos e crises que não são tão remotos quanto os mares de uma terra distante, que foram trazidos para nossa sala de estar ou mesa de café da manhã através de mídias mais evoluídas graficamente e mais sofisticadas que qualquer outra que Grotius pudesse imaginar. Os jornais ocidentais usaram suas páginas de opinião e seu conjunto de imagens editoriais para expressar indignação com a inação dos estados em intervir em massacres sangrentos, e o discurso ocidental da época estava, algumas vezes, em conflito direto com as preferências políticas dos seus estados. Na Bósnia e em Ruanda, durante as administrações de George H.W. Bush e Bill Clinton, a mídia dos Estados Unidos era duramente crítica à inação das duas administrações frente àquilo que era, em retrospecto, amplamente aceito e classificado como “genocídio” e “limpeza étnica”.

Os jornais e a cobertura televisiva do genocídio de Ruanda – e a inação da comunidade internacional durante o mais intenso e

concentrado assassinato em massa da história – elevaram as apostas de cidadania mundial e organizações de mídia conforme a pergunta “o que pode ser feito?” veio para dominar o discurso humanitário ocidental.

A localização remota e não estratégica de Ruanda tornou a indiferença dos estados viável, mas a moldagem de um princípio de intervenção humanitária internacional que venceria o conceito de soberania estava começando a se desenvolver como resultado. A narrativa de contravenção pela mídia popular exercia pressão política e pode ter tido efeito na possível intervenção internacional na Bósnia (WOOD; PEAKE, 1998). Como resultado do refinamento conceitual de R2P nos últimos anos e seguindo não apenas os eventos de Ruanda e da Bósnia, mas também nas pegadas de Somália, Kosovo, Afeganistão, Iraque e, mais recentemente, Líbia, uma naturalização de protocolo e política, com suas próprias construções de valor, evoluiu.

Essas construções de valor (direitos legais e obrigações, legitimidade etc.) são compartilhadas por construções de R2P e Soberania, mas a estrutura dessas variáveis de valor modifica-se imensamente, como pretende destacar este artigo com base nos dados coletados. Ambas as construções de R2P e Soberania baseiam-se, por exemplo, no estabelecimento de normas legais e precedentes para sua respectiva defesa, justificativa e execução. Este exemplo legal é ilustrado examinando onde as opiniões do jornal caem em um eixo de defesa de princípio (apresentado na seção Resultados), pois os trechos de opinião da mídia defendem, baseado na legalidade, o princípio de R2P e Soberania. A avaliação e a análise desses dados criam um entendimento contemporâneo de como a mídia torna relevante a situação atual na Síria.

2 TEORIA E NÍVEIS DE REFERÊNCIA

A estrutura teórica na qual este artigo baseia-se é um entendimento de que R2P hoje é uma prática de política estrangeira contestada com importação estratégica. É invocada por estados que tentam implementá-la baseados em seus interesses de políticas nacionais estratégicas percebidos e que em regiões estrategicamente contestadas do mundo, onde interesses do estado entram em conflito, o contra princípio de Soberania é invocado para vencer a R2P por estados com interesses conflitantes.

Este artigo sustenta que a mídia pesquisada impõe nesse conflito e constrói um discurso que enquadra o problema como uma luta entre

as duas políticas principais e que defendem um ou outro princípio. Além disso, é objetivo deste artigo não apenas mostrar que a mídia pesquisada deste estudo defende um princípio específico, e também uma ação política específica, variando da não intervenção à intervenção.

No curso da análise desse discurso estruturado também é objetivo deste artigo estabelecer níveis de alinhamento que a estrutura de mídia tem com as políticas de estado da nação na qual os jornais nacionais são publicados.

O entendimento desse discurso de mídia concebido é importante, pois decisões políticas chave são normalmente informadas em vários níveis por um poder de mídia catalizador; um poder que, algumas vezes, tem a capacidade de fornecer a uma elite o ímpeto de tomar medidas políticas difíceis ou de defender suporte popular para decisões políticas custosas. Embora resida além do escopo deste artigo concluir se a mídia é vista como ator independente neste drama ou como simples porta-voz para uma elite dominante ou estado, é importante entender que, não importa em que nível ou efeito, o poder que a mídia realmente tem é real.

Discursivamente, o que será interpretado como sendo suporte de um princípio de soberania serão opiniões que reforçam a primazia da independência, autogoverno e não intervenção. O discurso da mídia que concebe um discurso positivo e defende o princípio de soberania privilegia a independência do estado.

Em R2P, a concepção de condições para intervenção humanitária deve alegar que o estado não é legítimo por vários motivos, incluindo tipo de regime (por exemplo, não democrático ou ditatorial), segurança (incapacidade de proteger seu povo) ou porque está engajado em crimes contra a humanidade. O discurso da mídia que concebe um discurso positivo e defende a R2P privilegia a intervenção do estado. O argumento criado, em essência, equivalerá a um imediatismo de ação “para apagar incêndio”, exigindo que um vizinho intervenha e apague o fogo, não apenas para salvar a casa e seus habitantes, mas, além disso, para evitar que fogo se espalhe e queime toda a vizinhança.

3 FUNDAMENTOS

No primeiro semestre de 2012, protestos civis não violentos na Síria foram recebidos com respostas rígidas e violentas do estado e de sua força militar. A violência aumentou e foi recebida

pela resistência civil de forma pacífica, inicialmente, e depois por resistência armada com baixo poder de fogo (sem veículos blindados, RPGs ou medidas aéreas) tanto contra forças militares quanto contra o regime do Presidente Bashir al-Assad.

A Síria, aliada de longa data da URSS e, depois do fim da União Soviética, da Rússia, estava vivenciando a mesma atividade de protestos de rua (embora não na capital, Damasco) que anteriormente derrubara o regime de Kadafi e o governo de Mubarak no Egito – todos eles parte de um movimento de levantes populares denominado genericamente de “Primavera Árabe” no Norte da África e no Oriente Médio. Esses movimentos encontraram um representante no vendedor de frutas da Tunísia, que se tornou um mártir ao se matar em sacrifício e cujo ato foi captado e difundido amplamente na região.

Seguindo esses desenvolvimentos, houve um movimento nas Nações Unidas não só para condenar o uso da violência contra civis na Síria, mas também para invocar a R2P – um ato aplicado na crise síria que não foi vetado no Conselho de Segurança da ONU e foi implementado, seguindo a liderança da França, com a colaboração dar armas, pessoal e coordenação da OTAN.

Ao analisar essa questão, há muitas oportunidades para analisar discursivamente como os eventos e os atores apresentaram contextualmente os vários níveis de divulgação ao longo de períodos de tempo diferentes, por exemplo “relógio” versus “calendário” (MIHELJ, 2011). Esses aspectos mais amplos e discursivamente importantes de análise permanecem fora do escopo deste projeto limitado, embora sejam fundamentais para ajudar a expandir o entendimento da formação e implementação políticas, forçando questões profundamente normativas a respeito de justificativa e racionalização políticas e o papel da mídia em uma posição mais central em tal trabalho.

O foco neste breve estudo, no entanto, é analisar como uma mídia em idioma inglês, orientada a questões externas e com público direcionado ao estrangeiro, por meio de seus textos de opinião, concebeu o discurso de R2P e Soberania.

Em especial, esta pesquisa define parâmetros rígidos com relação a esses dois discursos e faz uma análise do conceito de R2P versus o discurso desafiador de Soberania no caso do conflito sírio e da forma representada e distribuída por dois canais de mídia específicos, com alcance de público significativo ou dominante em seus respectivos mercados.

No caso da Síria, que permanece em conflito até esta data, por

duas vezes, em 2012, o Conselho de Segurança entrou em votação em uma tentativa de reconhecer as condições que permitissem a invocação da R2P e o conseqüente direito de usar “todos os meios necessários” para tratar de questões humanitárias nesse conflito, incluindo a violência contra populações civis pela liderança política do estado e forças militares.

Dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – que podem individualmente vetar qualquer Resolução da ONU apresentada a eles – dois deles, China e Rússia, votaram duas vezes contra a invocação da R2P. A China e a Rússia vetaram a Resolução da ONU em 4 de fevereiro de 2012 e em 19 de julho de 2012. Os Estados Unidos, junto com a França e Grã-Bretanha, votaram a favor dela e da invocação da R2P.

Meu estudo analisa os textos opinativos dos jornais de língua inglesa *China Daily* e os compara com aqueles do *The Washington Post* durante um período curto, quando tanto a China quanto os Estados Unidos estavam defendendo ações políticas publicamente e nas Nações Unidas em 2012.

4 MÉTODOS

O estudo foi conduzido utilizando a ferramenta de busca LexisNexis e o mecanismo de busca dos bancos de dados dos sites dos respectivos jornais para a palavra “Syria”, bem como as frases específicas adicionais de “Responsibility to Protect” e “Sovereignty”, incluindo outras palavras relacionadas, como “obligation” e “intervention”, especificamente com relação à crise Síria. As datas da pesquisa do estudo foram limitadas ao curto período de tempo antes e depois das votações do Conselho de Segurança da ONU: de 4 de fevereiro de 2012 a 9 de fevereiro de 2012 para a primeira votação da ONU e de 13 a 26 de julho de 2012.

O número total de textos opinativos analisados foi o seguinte:

China Daily: 25 de 77 artigos analisados. O motivo para a discrepância entre o número de artigos analisados e codificados como opinativos é considerado na seção Análise do corpo de dados deste artigo.

The Washington Post: total de 16.

O método de análise aplicado é Análise de Discurso Crítico (CDA, no acrônimo em inglês), revisando o uso de trechos de notícias

dos dois jornais com análise de linguagem e de contexto em dois períodos: 1) Durante e depois da primeira votação da ONU, 2) Imediatamente antes, durante e depois da segunda votação da ONU.

Na criação da estrutura para essa análise comparativa dos dois jornais, este projeto contou com algumas das metodologias empregadas por Michael Chan (CHAN, 2012) e o trabalho de Juan Li (LI, 2009)¹ na revista científica *Discourse & Society*. Tanto Chan quanto Li analisam especificamente estudos de caso da China e dos Estados Unidos e usam metodologias comparativas similares, com Chan usando especificamente o *China Daily*, com sede em Pequim, e o japonês *Daily Yomiuri* em seu estudo da reprodução discursiva de ideologias e identidades nacionais.

Também fundamental para a abordagem metodológica deste estudo são alguns trabalhos escritos e editados por T. A. van Dijk (DIJK, 1985). De interesse especial na configuração da análise é o foco de van Dijk na mudança de grande parte da questão em torno da análise da mídia da política de uma tradição acadêmica dominante, focada na análise de conteúdo, para a posição mais abrangente de expansão para um modo reconhecidamente mais interpretativo da análise do discurso. Antes da leitura de van Dijk, um dos focos deste estudo estava em contar predominantemente com a análise de conteúdo (ou seja, usar o número de vezes que “Responsabilidade para Proteger” ou “Soberania” aparecem nos respectivos jornais). Em vez de ser um aspecto central da análise deste projeto, ele se tornou um parâmetro de pesquisa para definir os limites conceituais daquilo que é analisado.

Finalmente, a abordagem de codificação aos dados quantitativos e a direção interpretativa tomada foi guiada pela lógica detalhada no segundo capítulo do livro de Coffey e Atkinson (COFFEY; ATKINSON, 1996). Os princípios explanatórios para codificação acompanham a análise de dados nas seguintes seções.

5 VISÃO GERAL DO CORPO DE DADOS

Primeiro, uma análise rápida nos trechos cobertos neste estudo e em como são decompostos. Os textos de opinião em ambos os jornais são geralmente do mesmo tamanho, em torno de 400 a 700 palavras em média, todos estão focados na questão da Síria e a maioria refere-se à votação da ONU (tanto prestes a ocorrer quanto recém-conduzidas).

Esses textos que têm autoria no *China Daily* são, na maioria, de acadêmicos chineses que trabalham em grupos de opinião chineses, embora haja um texto assinado por um acadêmico de política estrangeira russo. A maior parte dos artigos dos Estados Unidos também são escritos pela elite de política estrangeira, mas com algumas contribuições vindas de muito mais longe que da academia do país.

A seguir está o detalhamento do conjunto de dados analisados:

Tabela 1 Número de artigos opinativos

| | Número de opiniões | Número de opiniões |
|------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | Primeira votação da ONU | Segunda votação da ONU |
| <i>China Daily</i> | 13 de 33 | 12 de 44 |
| <i>Washington Post</i> | Total de 7 | Total de 9 |

Fonte: Elaboração própria

A codificação para esta categoria de opiniões exigia a decisão sobre artigos que não foram listados como Opinião no *China Daily*, mas que continham manchetes orientadas por opinião ou conteúdo que foi minimamente relatado e que, em grande parte, refletiam uma forte opinião ou posição editorial suportada principalmente por argumento de autor.

Embora muitos textos do *China Daily* se identificassem como Opinião ou Editorial, foi necessário analisar reportagens para decidir se seriam colocadas como opinião ou não. Do total de 25 textos do *China Daily* codificados como Opinião, apenas 10 identificavam-se dessa maneira pelo jornal. Os artigos sem identificação continham opiniões fortes ou relatos fracos, e incluíam manchetes do tipo “Por que outra resolução da ONU vetada” classificadas como Opinião. Outros artigos, como “Síria conclui versão preliminar da constituição”, não foram codificados como Opinião. Os artigos do *China Daily* que continham identificação nas páginas de Opinião-Editorial seguiam a convenção internacional de anexar uma autoriza aos artigos

escritos como opinião de não membros e sem a autoria se fossem editoriais da equipe.

Os artigos do *The Washington Post* eram todos textos de Opinião com autoria ou textos Editoriais sem autoria. Os artigos na seção de notícias do jornal foram analisados para ver se sua codificação também deveria ser alterada para Opinião, mas os artigos do *The Washington Post* obedeciam à convenção mais rígida com relatos fortes no bloco de notícias do jornal e, assim, não recodificados como opinião para este conjunto de dados.

Depois de definido o conjunto de dados e extraídos, lidos e codificados os artigos de opinião, a segunda etapa da análise discursiva envolveu classificação da respectiva estrutura dos dois conceitos políticos e como foram concebidos. Essa foi a tarefa mais exaustiva e exigiu um nível mais alto de interpretação qualitativa e uma abordagem de CDA.

Como discutido antes neste artigo, parte da estruturação de valor dos princípios políticos de R2P e Soberania sobrepõe-se como categorias, em particular quando se trata da estruturação jurídica do argumento. Como observado no diagrama a seguir, por exemplo, tanto R2P quanto Soberania utilizam estruturação jurídica para seus argumentos para defender discursivamente um ou outro princípio.

Na estruturação jurídica, os artigos de opinião do *The Washington Post* (com uma exceção: um artigo de Henry A. Kissinger, que será discutido a seguir) aplicam a defesa de mídia R2P para invocar duas codificações específicas, a Declaração Mundial dos Direitos Humanos da ONU e a votação de R2P de 2001 da ONU. Os artigos sugerem ou afirmam diretamente que a R2P substitui as preocupações de Soberania.

Os artigos de opinião no *China Daily* recaem todos no lado do argumento jurídicos da Soberania e referem-se à carta de criação das Nações Unidas, mas também referem-se até mesmo à Paz de Vestefália. Os artigos de opinião também se referem a centenas de anos de precedentes legais, como os conceitos de vários artigos clamando pela “não interferência” e “igualdade” em sua defesa concebida discursivamente para o princípio da Soberania.

Uma análise posterior no esquema de codificação é apresentada:

Tabela 2 Conceito de soberania e R2P

| <i>China Daily</i> | <i>Washington Post</i> |
|-----------------------------|----------------------------------|
| | |
| Soberania | R2P |
| Jurídico x | Jurídico x |
| Histórico x | Histórico x |
| Mudança de regime – Externa | Revolução – Interna |
| Mais derramamento de sangue | Mais derramamento de sangue |
| Teoria do Dominó | Teoria do Dominó |
| Legitimação do estado | Legitimação da ação |
| Alterização (“o Ocidente”) | Alterização (China e Rússia) |
| Título (Presidente Assad) | Desumanização (Assad e Junta) |
| Escolhas independentes | Irracionalidade |
| Projetos imperiais | Interesses nacionais vitais x |
| Quase silêncio sobre “R2P” | Quase silêncio sobre “Soberania” |
| Direitos do estado x | Diretos humanos x |
| Desestabilização regional | Segurança regional |

Fonte: Elaboração própria

Codificação de valor (x) e codificação de estruturação para os artigos de Opinião no *Washington Post* e no *China Daily*.

A codificação de valor e a codificação de estruturação do discurso é binária, com o *China Daily* criando um discurso de defesa do lado da Soberania exclusivamente e o *The Washington Post*, com uma exceção, criando um discurso em defesa da R2P.

O discurso criado no texto dos artigos de opinião foi codificado em princípios e políticas gerais que são defendidos e esses princípios e políticas são então decompostos em seus elementos constituintes, e serão sintetizados aqui:

O precedente histórico é usado por ambos os princípios na maioria dos artigos como uma justificativa para a preferência defendida. O discurso de Soberania usou a história como um alerta, quando um autor chinês argumentou que as ações de R2P pelos EUA no passado tinham trazido “morte, destituição e crise humanitária”.

Não apenas os dois lados acharam uma série de argumentos de reforço para dar suporte ao seu discurso, como também usam o silêncio para defender sua política e princípio de preferência. No

caso da defesa da Soberania, os artigos do *China Daily* mantêm silêncio quanto à validade ou precedência do princípio de R2P; o oposto também é verdadeiro para os artigos de R2P, embora alguns reconhecem o princípio jurídico concorrente.

A estruturação do discurso e a classificação possibilitam uma maneira pela qual solicitar retórica tanto comedida quanto cáustica sob as rubricas codificadas; o que não é medido conforme as categorias são definidas é qualquer intensidade ou extremidade no uso da linguagem, embora essa seja uma consequência natural de qualquer esquema de codificação que almeje reduzir a complexidade. O que é perdido neste exercício é a habilidade de identificar frases como “massacres a sangue frio” e “resvalo para anarquia” que são usados pelo grupo de R2P na mídia e, por sua vez, caem na rubrica de “Mais derramamento de sangue”; a defesa de Soberania encaixa-se na mesma categoria quando se refere a “cruel realidade no Iraque é suficiente para dismantelar a premissa de intervenção externa injustificada”.

A Teoria do Dominó abrange bem as duas. Os artigos de R2P pedem a interrupção da crise síria através da intervenção, pois “somente aí os ditadores assassinos pensarão duas vezes”, enquanto vários artigos de Soberania apresentam a questão levantada por um autor de “qual será o próximo país árabe?”. A Teoria do Dominó argumenta que o que acontece nesse caso será apenas o primeiro em uma série de eventos consequentes e similares ao longo do tempo.

As categorias remanescentes, também, são fixas em sua estrutura analítica de código binário: Onde os artigos do *The Washington Post* desumanizam a liderança síria referindo-se a ela como “junta” e “ditadores assassinos” ou ao chefe de estado apenas como “Assad”, os artigos do *China Daily* conferem legitimidade à liderança referindo-se às suas ações como “escolhas independentes da Síria” e dando ao chefe de estado seu título de “Presidente Assad”.

A replicação de posições discursivas extremas é o que caracteriza esta análise com, como observado anteriormente, uma exceção no *The Washington Post*: uma opinião do antigo Secretário de Estado dos EUA, Henry A. Kissinger. Devido ao status do autor e a seu histórico como estudioso e praticante da escola realista de relações internacionais, seu artigo carrega grande peso na defesa do esquema de princípio e política.

Kissinger escreve em oposição à intervenção com bases realistas – de que os Estados Unidos não podem fazer tudo, intervir em todos os lugares e policiar todos – independentemente da real

crise humanitária e justiça ou injustiça sendo feita. Ele reconhece as condições, mas separa qualquer obrigação moral ou requisito jurídicos para intervenção baseado em R2P, fazendo uma alegação específica de que há uma diferença entre intervenção humanitária e estratégica – uma afirmação diretamente não reconhecida em nenhum outro artigo de opinião de qualquer dos jornais. Crítica de todas as outras abordagens nos artigos de opinião no *The Washington Post*, essa discrepância da estrutura geral e esquema na Figura anterior apresenta uma concepção mais complexa e não inteiramente unificada para como o jornal estrutura e defende uma política ou princípio de R2P.

Pode ser que essa dissonância das vozes unificadas remanescentes crie um entendimento de que as opiniões no *The Washington Post* sejam pluralistas e, portanto, emprestem credibilidade às vozes majoritárias e, de outra forma, unidade à voz defendendo a R2P. Independentemente, é notável que os artigos de opinião do *China Daily* estejam inteiramente unificados nas suas concepções e defesas da Soberania.

Os artigos de opinião em ambos os jornais criaram uma concepção complexa, de múltiplas camadas, dos dois princípios e criaram, além disso, um esquema pelo qual defendem tais princípios. Eles não estão limitados em sua defesa dos princípios em si, no entanto, mas estendem sua defesa – em termos simples – para ação política. A tabela a seguir detalha os eixos de Defesa de princípio e Defesa de política pelos dois jornais esboçada a partir do mesmo conjunto de dados detalhado anteriormente:

Tabela 3 Defesa de princípio e defesa de política

| <i>Defesa de política da mídia (abaixo)</i> | <i>Washington Post e Defesa do princípio de R2P</i> | <i>China Daily e Defesa do princípio de Soberania</i> |
|--|--|--|
| Não-intervenção | | X |
| Negociação | X | X |
| Ajuda humanitária ou militar | X | |
| Intervenção | X | |

Fonte: Elaboração própria

Os dados das páginas de opinião dos dois jornais codificados e estruturados com relação à defesa de princípio e política.

A única área de sobreposição de defesa entre os dois jornais está na área de negociação, independentemente de qual parte é a intermediária neste caso. A mídia estudada defensora de R2P também defende um conjunto de ações muito mais robusto do que a mídia defensora da soberania, que pede uma resposta mais passiva e não intervencionista.

A codificação da política de preferência é não interpretativa e extrai do conjunto de dados chamadas diretas para intervenção ou não intervenção e a apresenta contra o alinhamento já estabelecido dos respectivos jornais e sua defesa de princípio de preferência. A representação direta da intervenção é um uso para definição direta de palavras dentro dos artigos de opinião que, nos artigos do *The Washington Post*, são expressos como “armar a resistência” ou “a máquina de extermínio de Assad deve ser parada” ou “quanto mais (Obama) espera, maior o custo – em vidas de crianças, entre outras coisas”.

No caso do *China Daily*, chamadas diretas para não intervenção são encontradas em formulações como “apenas sírios têm o direito de decidir o futuro da Síria” ou clamando diretamente pela “não interferência”.

6 ACHADOS

A criação da mídia dos conceitos de R2P e Soberania adotam várias abordagens discursivas para legitimar e dar suporte a princípios definidos histórica e juridicamente. Como explicitado na análise de corpo de dados, os artigos de opinião dos dois jornais conformam-se quase perfeitamente a um conceito ou ao outro. O *China Daily* segue perfeitamente sua concepção de um entendimento de várias camadas do princípio de Soberania na crise síria e, além disso, na sua defesa tanto do princípio de Soberania quanto da política de não intervenção baseada na soberania. O *The Washington Post*, também, prende-se a sua interpretação de R2P e defesa tanto de um forte princípio de R2P quanto de uma política mais orientada à intervenção (com a exceção do artigo de Henry A. Kissinger).

Uma das expectativas na apresentação deste estudo era de

que os jornais da China e dos EUA poderiam estar alinhados, em certo grau, à política da sua nação de origem com relação aos dois princípios estudados.

A tabela a seguir mostra uma análise simples do corpo de dados para este artigo, onde a estrutura de organização da mídia nacional está justaposta em relação ao alinhamento político da nação de origem da organização de mídia.

Tabela 4 Política de alinhamento com nação da organização da mídia

| | Independente | Estatal | Alinhamento político |
|--------------------|--------------|---------|----------------------|
| <i>China Daily</i> | | x | x |
| <i>Wash. Post</i> | x | | x |

Fonte: Elaboração própria

Embora os veículos de mídia sejam estruturalmente muito diferentes, com o *China Daily* sendo uma parte da estrutura de estado, reportando diretamente à hierarquia governamental, e o *The Washington Post* sendo independente, uma empresa pública, o alinhamento de cada uma delas (com a exceção notada anteriormente) com a política estatal é praticamente indistinguível. A publicação chinesa tem um alinhamento perfeito com a política estatal e a publicação americana, quase perfeito.

Uma descoberta feita neste artigo é que a maioria dos jornais nacionais de língua inglesa, na construção e na defesa dos dois princípios estudados no caso da crise síria, refletem as posições de política estrangeira iniciais e estabelecidas do estado de origem (e aliado) no conteúdo editorial. A descoberta é que o discurso formulado no jornal *The Washington Post* reflete, adapta e promove a narrativa e a posição política nacional – talvez com maior veemência – em relação à narrativa contraditória do *China Daily*, uma instituição de notícias do outro estado não aliado.

Entende-se que há algum espaço para definição de planos (BESOVA; COOLEY, 2009) pelas organizações editoriais do jornal. Uma descoberta mais profunda nessa linha exigiria mais trabalho fora do escopo deste projeto e exigiria um estudo separado para determinar o nível de independência/dependência que o *The Washington Post* tem em relação ao governo dos EUA versus o *China Daily* e seu respectivo governo patrocinador – dono do jornal chinês.

Dadas a autoridade institucional e a posição dominante como único jornal chinês na língua inglesa, o *China Daily* é considerado, através de análise de gênero relacionada à abordagem variável de Martin à Linguística Funcional Sistêmica (CHRISTIE; MARTIN, 2000)², um reproduzidor dos valores e narrativas do estado de uma maneira “monoglóssica”, ou seja, em uma voz estatal única e alinhada (LIU, 2009).

As teorias que apresentam uma imprensa monopolística, estatal, não são tão relevantes, no entanto, quando o objeto de contraste de análise é uma empresa jornalística baseada no mercado, com vínculos frágeis com a autoridade estatal, embora possa haver afinidade com a elite e proclividades de compartilhamento de programa. A reprodução de perspectivas de políticas estrangeiras estatais não é induzida de maneira automática ou coerciva no caso do *The Washington Post*, embora quanto mais crítica a política é para o envolvimento de recursos militares responsivos, mais próximo o alinhamento e a reprodução da política estatal (ROBINSON, 2001). A teoria de que o poder de uma empresa jornalística de alterar a política do estado como um ator independente, com planos alinhados não estatais independentes em tempos de crise têm sido, em sua maior parte, não confirmados, embora o “efeito CNN” tenha influenciado um senso popular de um relacionamento de impacto independente entre organização de notícia e políticas estrangeiras estatais (GILBOA, 2005).³

Embora o alinhamento geral com as preferências políticas do estado por esses dois jornais tenha sido estabelecido a partir de uma pesquisa e corpo de dados, uma descoberta mais ampla foi que a linguagem usada – e intensidade da linguagem usada – nessas mídias tenderam a ser mais enfáticas que a linguagem diplomática típica usada por representantes oficiais do estado. O discurso criado dentro da mídia tendeu a ser mais ácido, beligerante e extremo.

CONCLUSÃO

Há quatro conclusões específicas que podem ser tiradas da pesquisa para este artigo e elas serão apresentadas da forma mais generalizada possível dada à natureza estreita e pontual deste estudo.

Primeira, a mídia neste estudo, por meio da análise dos seus

artigos de opinião durante o período pesquisado, não concebeu um discurso complexo e de várias camadas em torno dos dois princípios, de R2P e Soberania.

Segunda, a mídia analisada defendeu os princípios e as políticas que conceberam como as suas preferidas.

Terceira, essa mesma mídia revelou alinhar seu discurso quase que perfeitamente àquele das preferências políticas da nação de sua origem.

E, quarta, finalmente, e inesperadamente, a mídia estudada também mostrou usar linguagem mais extrema na formulação e defesa dos princípios e das políticas de R2P e Soberania que as formulações usadas pelas nações de origem de tais mídias. Embora a intenção original do estudo não fosse destinada à pesquisa e medição deste fenômeno, esta conclusão foi uma consequência da análise do processo de codificação e estruturação dos dados coletados.

Um estudo posterior deste ponto final poderia mostrar, como este pesquisador espera, que a mídia não obedece às regras ou princípios de diplomacia; não são responsáveis por sua retórica no mesmo nível que os governos são e, o que este breve estudo parece indicar é que o discurso é muito mais belicoso, confrontador e extremo na sua posição polar do que aquela que emana do estado e seus representantes.

Da mesma maneira, e como parece resultar da pesquisa para este artigo, a relação direta do estado com a mídia estatal, como é o caso da *China Daily*, embora mais extremada que os pronunciamentos estatais oficiais, pode realmente ser um discurso mais moderado que aquele que vem de uma fonte jornalística independente, que pode estar alinhada, mas não ser responsabilizada perante sua nação de origem.

O tópico de discurso da mídia em política estrangeira tem relevância tanto para os criadores de política hoje nas respectivas capitais, Pequim e Washington, DC, no sentido em que um conceito dominante e internacionalmente aceito terá implicações importantes para a execução da política, ação humanitária, intervenção miliar e problemas relacionados aos direitos das populações minoritárias e regiões autônomas em estados soberanos.

Se as redes de mídia estaduais globais em evolução estão, como a pesquisa inicial deste estudioso parece fortemente indicar, em quase perfeito alinhamento com os fomentadores

estatais na medida em que suas redes podem ser vistas como extensões dos seus ministérios das relações exteriores, então é importante entender como e por que os discursos que estão sendo produzidos por esses órgãos podem tomar a forma que tomam e desempenhar o papel que desempenham na área de formação da política internacional e defesa.

NOTAS

- 1 Li analisa diferenças intraculturais entre os relacionamentos de indivíduos e suas identidades nacionais no espaço de mídia social. Os aspectos deste estudo esclarecem o entendimento crescente de identidades nacionais concorrente e seu relacionamento com a mídia.
- 2 Nesse estudo, Martin faz a análise Linguística Funcional Sistêmica comum que “contexto social e linguagem estão em uma relação de codeterminação”. Ou seja, o contexto social causa impacto na linguagem que, por sua vez, define, reflete e/ou altera o contexto social ao longo do tempo. Isso é importante no estudo de como a política editorial e a linguagem do *China Daily* relaciona-se às políticas estrangeiras da República Popular da China.
- 3 A exceção à descoberta geral de efeito de mídia não independente está em casos em que a direção da política pelo estado em casos de intervenção humanitária tem sido ambígua, em geral, e não decidida pelo estado, onde os custos da intervenção são considerados equilibrados pelos custos da não-intervenção. Em casos claros onde a política foi decidida, a ação padrão do estado será a política e o discurso reproduzido pela organização de notícias – em particular, quando a direção da política é implementada.

REFERÊNCIAS

BESOVA, Asya A.; COOLEY, Skye Chance. Foreign news and public opinion: attribute agenda-setting theory revisited. **Ecquid Novi: African Journalism Studies**, v. 30, n. 2, p. 219-242, 2009. Disponível em: <doi:10.1080/02560054.2009.9653403>. Acesso em: 31 dez 2014.

CHAN, Michael. The discursive reproduction of ideologies and national identities in the Chinese and Japanese english-language press. **Discourse & Communication**, v. 6, n. 4, p. 361-378, nov. 1, 2012. Disponível em: <doi:10.1177/1750481312457496>. Acesso em: 31 dez 2014.

CHRISTIE, Frances; MARTIN, J. R. Martin. **Genre and institutions: social processes in the workplace and school**. London: Continuum International Publishing Group, 2000.

COFFEY, Amanda; ATKINSON, Paul. **Making sense of qualitative data: complementary research strategies**. New York: SAGE, 1996.

DJIK, Teun A. van. **Discourse and communication: new approaches to the analysis of mass media discourse and communication**. Berlin: Walter de Gruyter, 1985.

EVANS, Gareth; SAHNOUN, Mohamed. The responsibility to protect. **Foreign Affairs**. v.81, no. 6, p.99, 2002. Disponível em: <doi:10.2307/20033347>. Acesso em: 31 dez. 2014

GILBOA, Eytan. Global television news and foreign policy: debating the CNN effect. **International Studies Perspectives** v. 6, n. 3, p.325-341, 2005. Disponível em: <doi:10.1111/j.1528-3577.2005.00211.x> Acesso em: 31 dez.2014.

GROTIUS, Hugo. Hugonis Grotii De jure belli ac pacis libri tres. s/l: sumptibus Marcus-Michaelis Bousquet & sociorum, 1751.

LI, Juan. Intertextuality and national identity: discourse of national conflicts in daily newspapers in the United States and China. **Discourse & Society**, v. 20, n. 1, p.85-121 !jan. 2009. Disponível em: <doi:10.1177/0957926508097096> Acesso em: 31 dez. 2014.

LIU Lihua, Formalizing power in editorials in China daily: a genre analysis. **Linguistics & the Human Sciences**, v. 5, n. 2, p.195, ago. 2009.

MIHELI, Sabina. **Media nations: communicating belonging and exclusion in the modern world**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

ROBINSON, Piers. Theorizing the influence of media on world politics

models of media influence on foreign policy. **European Journal of Communication**, v. 16, n. 4 (December 1, 2001): 523–544. doi:10.1177/0267323101016004005.

WOOD, B. Danl PEAKE, Jeffrey S. The dynamics of foreign policy agenda setting. **The American Political Science Review**, v. 92, n. 1, p. 173–184, 1 mar. 1998.

Markos Kounalakis é Professor Visitante no Centro para Mídia, Dados e Sociedade do Hoover Institution, da Universidade de Stanford. E-mail: kounalakis@gmail.com

RECEBIDO EM: 05/01/ 2015 | ACEITO EM: 15/04/2015